

§ 1º - Nos crimes definidos em Legislação Federal especial, que estabelece as normas de processo e julgamento.

§ 2º - Nos crimes de responsabilidade, assim como nos comuns, o Prefeito será submetido a processo e julgamento perante o Tribunal de Justiça;

~~Art. 101 — São infrações político-administrativas do Prefeito sujeitas ao julgamento pela Câmara e sancionadas com a perda do mandato: (Suprimido pela emenda 04)~~

~~I — impedir o funcionamento regular da Câmara; (Suprimido pela emenda 04)~~

~~II — impedir o exame de livros, folhas de pagamento e demais documentos que devam constar dos arquivos da Prefeitura, bem como a verificação de obras e serviços municipais, por comissão de investigação da Câmara, pelo Defensor do Povo ou por auditoria regularmente instituída; (Suprimido pela emenda 04)~~

~~III — desatender, sem motivo justo, as convocações ou os pedidos de informações da Câmara, quando feitos a tempo e em forma regular; (Suprimido pela emenda 04)~~

~~IV — retardar a publicação ou deixar de publicar as leis e atos sujeitos a essa formalidade; (Suprimido pela emenda 04)~~

~~V — deixar de apresentar à Câmara, no devido tempo, e em forma regular, a proposta orçamentária; (Suprimido pela emenda 04)~~

~~VI — descumprir o orçamento aprovado par o exercício financeiro; (Suprimido pela emenda 04)~~

~~VII — praticar ato administrativo contra expressa disposição de lei ou omitir-se na prática daquele por ela exigido; (Suprimido pela emenda 04)~~

~~VIII — omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesse do Município, sujeitos à administração da Prefeitura; (Suprimido pela emenda 04)~~

~~IX — ausentar-se do Município, por tempo superior ao permitido nesta Lei Orgânica, ou afastar-se da Prefeitura, sem autorização da Câmara; (Suprimido pela emenda 04)~~

~~X — proceder de modo incompatível com a dignidade e o decore do cargo; (Suprimido pela emenda 04)~~

~~§ 1º — A denúncia, escrita e assinada, poderá ser feita por qualquer cidadão, com a exposição dos fatos e a indicação das provas. (Suprimido pela emenda 04)~~

~~§ 2º — Se o denunciante for Vereador, ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a comissão processante, e, se for o Presidente da Câmara, passará a Presidência ao substituto legal, para os atos do processo. (Suprimido pela emenda 04)~~

~~§ 3º — Será convocado o suplente do Vereador impedido de votar, o qual não poderá integrar a comissão processante. (Suprimido pela emenda 04)~~

~~§ 4º — De posse da denúncia, o Presidente da Câmara, na primeira reunião subsequente, determinará sua leitura e constituirá a comissão processante, formada por três Vereadores, sorteados entre os desimpedidos e pertencentes a partidos diferentes, os quais elegerão, desde logo o Presidente e o Relator. (Suprimido pela emenda 04)~~

~~§ 5º - A comissão, no prazo de dez dias, emitirá parecer que será submetido ao Plenário, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia, podendo proceder às diligências que julgar necessárias. (Suprimido pela emenda 04)~~

~~§ 6º - Aprovado o parecer favorável ao prosseguimento do processo, o Presidente determinará desde logo, a abertura, da instrução, citando o denunciado, com a remessa de cópia da denúncia, dos documentos que instruem e do parecer da comissão, informando-lhe o prazo de vinte dias para o oferecimento da contestação e indicação dos meios de prova com que pretenda demonstrar a verdade do alegado. (Suprimido pela emenda 04)~~

~~§ 7º - Findo o prazo estipulado no parágrafo anterior, com ou sem contestação, a comissão processante determinará as diligências requeridas ou que julgar convenientes, e realizará as audiências necessárias para a tomada do depoimento das testemunhas de ambas as partes, podendo ouvir o denunciante e o denunciado, que poderá assistir pessoalmente, ou por seu procurador, a todas as reuniões e diligências da comissão interrogando e contraditando as testemunhas e requerendo a reinquirição ou acareação das mesmas. (Suprimido pela emenda 04)~~

~~§ 8º - Após as diligências, a comissão preferirá, no prazo de dez dias, parecer final sobre a procedência ou improcedência da acusação e solicitará ao Presidente da Câmara a convocação da reunião para julgamento, que se realizará após a distribuição do parecer. (Suprimido pela emenda 04)~~

~~§ 9º - Na reunião de julgamento, o processo será lido integralmente e, a seguir, os Vereadores que desejarem poderão manifestar-se verbalmente, pelo tempo Máximo de quinze minutos cada, sendo que, ao final, o denunciado ou seu procurador terá o prazo Máximo de duas horas para produzir sua defesa oral. (Suprimido pela emenda 04)~~

~~§ 10º - Terminada a defesa, proceder-se-á tantas votações nominais quantas forem as infrações articuladas na denúncia. (Suprimido pela emenda 04)~~

~~§ 11º - Considerar-se-á afastado, definitivamente, do cargo, o denunciado que for declarado, pelo voto de dois terços, pelo menos, dos membros da Câmara, incurso em qualquer das infrações especificadas na denúncia. (Suprimido pela emenda 04)~~

~~§ 12º - Concluído o julgamento, o Presidente da Câmara proclamará imediatamente o resultado e fará lavrar ata que consigne a votação nominal sobre cada infração e, se houver condenação, expedirá o competente decreto legislativo da cassação do mandato de Prefeito, ou, se o resultado da votação for absolutório, determinará o arquivamento do processo, comunicando, em qualquer dos casos, o resultado à Justiça Eleitoral. (Suprimido pela emenda 04)~~

~~§ 13º - O processo deverá estar concluído dentro de noventa dias, contados da citação do acusado e, transcorrido o prazo sem julgamento, será arquivado,~~

~~sem prejuízo de nova denúncia, ainda que sobre os mesmos fatos. (Suprimido pela emenda 04)~~

~~Art. 102 — O Prefeito será suspenso de suas funções:~~

~~I — nos crimes comuns e de responsabilidade, se recebida a denúncia ou a queixa pelo Tribunal de Justiça; e (Suprimido pela emenda 04)~~

~~II — nas infrações político-administrativas, se admitida a acusação e instaurado o processo, pela Câmara. (Suprimido pela emenda 04)~~

SUBSEÇÃO IV

DOS SECRETARIOS MUNICIPAIS OU DIRETORES DE DEPARTAMENTOS

Art. 103 — O Secretário Municipal ou Diretor de Departamento será da escolha privativa do Prefeito, por sua livre designação ou nomeação, e esta sujeito, desde a posse aos mesmos impedimentos do Vereador.

§ 1º - Além de outras atribuições conferidas em lei, compete ao Secretario Municipal ou ao Diretor de Departamento:

I — comparecer a Câmara, nos casos e para os fins previstos nesta Lei Orgânica;

II — praticar os atos pertinentes às atribuições que lhes forem outorgadas ou delegadas pelo prefeito.

Art. 104 — O Secretário ou Diretor é processado e julgado perante o Juiz de Direito da Comarca, nos crimes comuns e de responsabilidade, e perante a Câmara, nas infrações político-administrativas.

SUBSEÇÃO V

DA PROCURADORIA DO MUNICÍPIO

Art. 105 — A Procuradoria do Município é a instituição que o representa judicialmente, cabendo-lhe, ainda, as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos ao Poder Executivo, e, privativamente, a execução de dívida ativa de natureza tributária.

§ 1º - A Procuradoria do Município reger-se-á por lei própria, atendendo-se com relação aos seus integrantes, no que couber o disposto nos artigos 37, inciso XII e 39, § 1º, da Constituição da República.

§ 2º - A Procuradoria do Município tem por chefe o Procurador Geral do Município, de livre designação pelo prefeito, dentre advogados de reconhecido saber jurídico e reputação ilibada.

SEÇÃO III
DA FISCALIZAÇÃO E DOS CONTROLES
SUBSEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 106 - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do município e das entidades da administração indireta é exercida pela Câmara, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada poder e entidade.

§ 1º - O controle externo, a cargo da Câmara, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

§ 2º - Os Poderes Legislativo e Executivo e as entidades da administração indireta manterão, de forma integrada, sistema de controle interno, com a finalidade de:

I – avaliar o cumprimento das metas previstas nos respectivos planos plurianuais e a execução dos programas de governo e orçamentos;

II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e a eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão da administração direta e das entidades da administração indireta, e da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III – Exercer o controle de operações de crédito, avais e garantias, e o de seus direitos e haveres;

IV – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Parágrafo único – Os responsáveis pelo controle interno ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas e ao Defensor do Povo, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 107 - Qualquer cidadão, partido político, associação legalmente constituída ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidade ou ilegalidade de ato de agente público.

Parágrafo único – A denúncia poderá ser feita, em qualquer caso, à Câmara e à Defensoria do Povo, ou, sobre o assunto da respectiva competência, ao Ministério Público ou a Tribunal de Contas.

Art. 108 – As contas do Prefeito, referentes à gestão financeira do ano anterior, serão julgadas pela Câmara mediante parecer prévio do Tribunal de Contas, que o emitira dentro de trezentos e sessenta e cinco dias, contados do recebimento das mesmas, nos termos do art. 180 da Constituição do Estado.

§ 1º - As decisões do Tribunal de Contas, de que resulte imputação de débito ou multa, terão eficácia de título executivo.

§ 2º - No primeiro e no último ano de mandato do Prefeito, o Município enviara ao Tribunal de Contas inventário de todos os seus bens móveis e imóveis.

Art. 109 – Anualmente, dentro de sessenta dias do início da sessão legislativa, a câmara receberá, em reunião especial, o Prefeito, que informará, por meio de relatório, o estado em que se encontram os assuntos municipais.

Parágrafo único – Sempre que o Prefeito manifestar propósito de expor assuntos de interesse público, a Câmara o receberá em reunião previamente designada.

SUBSEÇÃO II DA DEFENSORIA DO POVO

Art. 110 – A Defensoria do Povo é Órgão Público dotado de autonomia administrativa e financeira e com funções de controle da administração pública, e suas atribuições, organização e funcionamento serão definidas em lei complementar.

§ 1º - A defensoria é dirigida pelo defensor do povo, com mais de trinta anos de idade, notável experiência, espírito público, reputação ilibada e reconhecido senso de justiça e equidade, nomeado pelo Presidente da Câmara, após a aprovação de dois terços dos membros desta, para mandato, não renovável, de cinco anos.

§ 2º - O defensor do povo se sujeita, no que couber e na forma da Lei, às proibições, incompatibilidades e perda do mandato aplicáveis ao Vereador.

Art. 111 – A defensoria do povo terá, entre outras, as seguintes atribuições:

I – apurar os atos, fatos e omissões de órgãos e entidades da administração pública ou seus agentes, que impliquem em exercício; legítimo, inconveniente ou inoportuno de suas funções:

II – apurar:

a) as reclamações contra os serviços públicos;

b) os atos ou omissões do Poder Público, com ofensa dos princípios a que se sujeita a administração, de modo especial o pertinente à moralidade administrativa.

CAPITULO III DAS FINANÇAS PÚBLICAS SEÇÃO I DA TRIBUTAÇÃO SUBSEÇÃO I DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

Art. 112 – Ao Município compete instituir:

I – Impostos sobre:

a) propriedade predial e territorial urbana;

b) transmissão "intervivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou a cessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição;

c) vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel;

d) serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência do Estado, nos termos da Constituição da República e da legislação complementar específica.

II – Taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

III – Contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas;

IV – Encaminhar relatórios de suas atividades e prestar sua contas à Câmara.

Parágrafo único – Obrigam-se as autoridades de órgãos e entidades a fornecer, em caráter prioritário e em regime de urgência, sob pena de responsabilidade, documentos, dados, informações e certidões solicitadas pelo defensor do povo.

§ 1º - O imposto previsto na alínea "a" do inciso I, será progressivo, nos termos de lei municipal, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

§ 2º - O imposto previsto na alínea "b", do inciso I, não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica, em realização de capital, nem sobre transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nestes casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

§ 3º - As alíquotas dos impostos previstos nas alíneas "c" e "d" do inciso I, deste artigo, obedecerão aos limites fixados em lei complementar federal.

§ 4º - O imposto previsto no inciso I, alínea "d" deste artigo não incidirá sobre exportações de serviços para o exterior.

§ 5º - Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração municipal identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

§ 6º - As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

Art. 113 – Somente ao Município cabe instituir isenção de tributo de sua competência, por meio de lei de iniciativa do Poder Executivo.

Art. 114 – A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos municipais que incidam sobre mercadorias e serviços, observada a legislação Federal e Estadual sobre o consumo.

SUBSEÇÃO II DAS LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR

Art. 115 – É vedado ao Município, sem prejuízo das garantias asseguradas aos contribuintes e do disposto no art. 150 da Constituição da República e na legislação complementar específica estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

Art. 116 – Qualquer anistia ou remissão, que envolva matéria tributária ou previdenciária de competência do município só poderá ser concedida por lei aprovada por dois terços dos membros da Câmara.

Parágrafo único – O perdão da multa, o parcelamento e a compensação de débitos fiscais poderão ser concedidos por ato do Poder Executivo, nos casos e condições especificados em lei municipal.

SUBSEÇÃO III DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO EM RECEITAS TRIBUTARIAS FEDERAIS E ESTADUAIS

Art. 117 – Em relação aos impostos de competência da União, pertencem ao Município:

I – O produto da arrecadação do imposto sobre rendas e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pela administração direta, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo município.

II – Cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis situados no município.

III – A respectiva cota de participação de que trata o § 1º do art. 20 da Constituição da República.

Art. 118 – Em relação aos impostos de competência do Estado, pertencem ao Município:

I – Cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto sobre a propriedade de veículos automotores licenciados no território municipal, a ser transferido até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação.

II – vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações

de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e da comunicação, a ser creditado na forma do disposto no parágrafo único, incisos I e II do art. 158 da Constituição da República e § 1º do artigo 150 da Constituição do Estado.

Art. 119 – Caberá ainda ao Município:

I – A respectiva quota no fundo de participação dos Municípios, como disposto no art. 159, inciso I, alínea “b”, da Constituição da República;

II – A respectiva quota do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, como no disposto no art. 159, inciso II, e § 3º, da Constituição da República e art., 150, inciso III, da Constituição do Estado;

III – A respectiva quota do produto da arrecadação do imposto de que trata o inciso V do art. 153 da Constituição da República, nos termos do § 5º, inciso II, do mesmo artigo.

Art. 120 – Ocorrendo a retenção ou qualquer restrição à entrega e ao emprego dos recursos decorrentes da repartição das receitas tributárias, por parte da União e do Estado, o Executivo Municipal adotará as medidas judiciais cabíveis, à vista do disposto nas Constituições da República do Estado.

SEÇÃO II DO ORÇAMENTO

Art. 121 – Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I – o Plano Plurianual;
- II – as Diretrizes Orçamentárias;
- III – os orçamentos anuais.

Art. 122 – A Lei que instituir o Plano Plurianual de ação governamental, compatível com o plano diretor, estabelecerá, por administrações regionais, as diretrizes, objetivos e metas da administração municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas a programas de duração continuada.

Art. 123 – A Lei de Diretrizes Orçamentárias, compatível com o Plano Plurianual, compreenderá as metas e prioridades da administração pública municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual e disporá sobre as alterações na legislação tributária.

Art. 124 – A lei orçamentária anual compreenderá :

- I – O orçamento fiscal referente aos poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;